

ESTADO E CRISE NO CAPITALISMO: A Instituição de Última Instância

João Basilio Pereima¹

Dayani Cris de Aquino²

Resumo: Este artigo trata da relação simbiótica do Estado e da economia capitalista. O Estado tem alternado sua forma de participação conforme o ciclo econômico em curso. Em períodos de prosperidade, em que a lucratividade do capital está a todo vapor, o Estado se recolhe e sua tarefa reduz-se a garantir, por meio do direito e da lei, que esta lucratividade não encontre entraves para se expandir. Em períodos de crise o Estado ressurgue como instituição de última instância dedicada a preservar a riqueza e a acumulação de capital. O artigo aborda então, o problema e o desafio enfrentado pelas economias capitalistas desenvolvidas em mobilizar novamente o aparelho de Estado para salvar o capitalismo dos capitalistas, por conta de severas restrições fiscais. Ao fim discute-se a possibilidade aberta pela crise para ir além do capital para fundar não uma sociedade organizacional voltada para as razões do capital, mas uma sociedade organizacional apoiada pelo capital voltada para as razões humanas. O Estado, como instituição de última instância, regularia o processo de acumulação de capital ao equilibrar os interesses de mercado com os interesses individuais e sociais, no que tem sido chamado de a função social da propriedade privada, um conceito ainda difuso na economia política.

Abstract: The article describes the symbiotic relations between State and capitalist economy. The State has changed his participating in the economic system in the course of economic cycles. In the prosperities eras, when the profitability of capital is high the State go to the bed and his mission is guarantees only, by the Right and the law, that the profitability do not find obstacles to expand. In the crises eras the State resurge as last instance institution which must protect the wealth and the capital accumulation. The article aims at the problem and the challenge confronted by the developed capitalist economies in mobilize the State arrangement to save the capitalism from the capitalists, because the State is faced of severe fiscal restriction. At the end, we discuss the possibility open by the crisis to go beyond the capital to create not a organizational society based on the capital reason, but a organizational society supported by capital and based on the human reason. The State, as a last instance institution, could regulate the process of capital accumulation to equilibrate the market interests with individual and social interests, in the sense of social function of private property concept, a concept diffuse in political economy yet.

Palavras Chaves: Estado, Crise, Capitalismo, Economia Política

Área: 4. Economia, Estado e Desenvolvimento

Sub-Área: 4.3. Estado e Políticas Públicas

Submetido às Sessões Ordinárias

SEP - Março de 2009.

¹ Professor do Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, joabasilio@ufpr.br.

² Professora do Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, dayani@ufpr.br.

1. INTRODUÇÃO

A crise econômica que teve início em agosto de 2007 teve entre outras consequências o resgate do Estado como agente vital das economias capitalistas, após um breve período de liberalismo global e redução da sua interferência no esquema de regulação econômica.

Ao longo da história do capitalismo, o Estado desempenhou um papel flexível e diferenciado na economia, dependendo das circunstâncias de cada período do desenvolvimento econômico. Em termos muito genéricos as relações entre economia e Estado, desde o primórdio do capitalismo, tem oscilado entre dois extremos, ambos favorável ao *modus operandi* do sistema econômico. Num extremo o Estado representa a ordem civil geral e intervém o menos possível na economia, delegando aos agentes a responsabilidade da regulação econômica. No outro extremo o Estado é um agente econômico que além de garantir a ordem social, também provê o sistema econômico de dinamismo, controle e estímulos para que o capital e a riqueza possam seguir seu processo de acumulação. No primeiro caso a ordem econômica é completamente delegada ao mecanismo de mercado e surge espontaneamente dos interesses dos agentes. No segundo caso mercado e Estado se fundem numa relação complexa e a ordem econômica emerge como regras que diferentes grupos de agentes impõem a si mesmo e aos outros através do Estado, pelo controle do seu aparelho. Neste segundo caso o Estado é usado como um complemento do mercado. Em ambos, o Estado desempenha um papel importante na dinâmica econômica e na acumulação de capital.

A proposição liberal do "Estado Mínimo" dos anos 1980-2007 contrasta com o período anterior do pós-guerra, em que a ordem econômica vigente era regulada pelo Estado de Bem-Estar. A crise financeira deflagrada em 2007 está mudando, novamente, o papel reservado ao Estado na ordem econômica. No entanto o Estado que está sendo chamado para salvar o capitalismo dos capitalistas não possui o mesmo espaço de manobras que teve em outros anos. Se os instrumentos políticos estão mais aperfeiçoados e sofisticados, pelo controle da informação de massa, inclusive, os instrumentos econômicos e financeiros estatais, embora mais volumosos, nunca estiveram tão frágeis. Há grandes dúvidas sobre a capacidade do Estado em absorver a destruição da riqueza privada e social da crise de 2007-2009.

O objetivo deste trabalho é elaborar uma descrição das alternâncias do papel do Estado no processo econômico, enfatizando as mudanças recentes por ocasião da crise econômica iniciada em 2007. Pretendemos mostrar que o resgate do Estado pela economia não é um fenômeno novo, embora o faça em uma circunstância histórica específica. A alternância entre os dois extremos é um fenômeno que tem se repetido desde que o homem sincronizou a criação do Estado Moderno, a partir do século XVII, com a criação da economia capitalista, a partir do século XVIII. Não é possível compreender o sistema de produção capitalista sem incluir a figura do Estado Moderno a partir dos contratualistas Hobbes (1651), Locke (1690) e Rousseau (1757). A descentralização do

poder absolutista por meio de pactos e contratos sociais é a contrapartida política do mesmo movimento de descentralização do poder econômico por meio do mercado desde Adam Smith (1776).

Na história do capitalismo o Estado alterna momentos de sono e vigília conforme o mecanismo de mercado se mostre mais ou menos eficiente. Como uma brasa coberta de cinzas o Estado nunca deixa de existir e é reavivado pelo sopro das grandes crises, momentos em que atualiza seu aparelho intervencionista para atender aos reclames de cada época, segundo a tecnologia e a ordem de interesses vigente. Cada movimento de avanço e recuo, no entanto, é executado sob formas distintas, compatível com a estrutura econômica, a tecnologia, a integração regional e a ordem civil (social) vigente em cada período.

Para uma discussão deste caráter flexível do Estado, organizamos o presente trabalho do seguinte modo: na seção dois descrevemos as relações entre Estado e economia nos primórdios da sociedade capitalista e argumentamos que o Estado Moderno, contratual, é a forma política adequada para a nova ordem econômica, ambos descentralizando o poder das mãos do Rei para a assembléia e do Senhor Feudal para o mercado. Na seção três descrevemos sucintamente as alternâncias históricas entre poder econômico e político. Na seção quatro descrevemos as relações complementares entre Estado e Capital. Na seção cinco demonstramos o desgaste econômico e a fragilidade macroeconômica financeira do Estado no século XXI. Isto levanta dúvidas sobre a capacidade do Estado solucionar a crise financeira e permite explorar consequências futuras que podem apontar para um longo período de estagnação, não somente pela destruição de riqueza nos mercados financeiros, mas pela falência financeira dos Estados das economias industrializadas. Depois de constado os limites fiscais do Estado, na seção seis abordamos a possível emergência de um novo papel para o Estado, na forma do que estamos chamando de *instituição de última instância*. Argumentamos na conclusão, que é necessário uma nova ordem político-econômica entre nações que extrapola e amplia os termos da atual globalização que atingiu de forma assimétrica diferentes povos. Para tal, serão necessários também novos conceitos macroeconômicos e políticos, ainda por construir.

2. NO BERÇO DO CAPITALISMO E DO ESTADO MODERNO

Do Estado mercantilista ao Estado liberal. A saída do berço pode ser datada pelo episódio do encerramento da era mercantilista em junho de 1815, quando Grã-Bretanha, Prússia, Áustria, Rússia e Holanda reuniram 300 mil soldados e puseram fim ao imperialismo mercantilista de Napoleão Bonaparte, na famosa batalha de Waterloo (Frieden, 2006). Destituído do seu trono o monarca cedeu o lugar ao mercado. A vitória da coalizão não apenas destruiu as pretensões francesas sobre o velho continente, mas também eliminou a ordem econômica mercantilista protegida pelo Estado Absolutista e destravou o desenvolvimento industrial europeu, por um longo período que durou um

século. A Paz dos Cem Anos e o industrialismo Smithiano, baseado em livre comércio internacional e auto-regulação dos mercados, geraram um nível riqueza para algumas nações até então desconhecido. O século pacífico encerrou-se em 1915 com a eclosão da primeira guerra mundial causada, entre outros motivos, por problemas de desigualdade no processo de acumulação de riqueza entre as nações européias, quando o desenvolvimento de alguns países via intensificação das manufaturas, implicava no empobrecimento de outros, inclusive os países da América Latina e outros continentes colonizados no período. O século pacífico foi um longo período de expansão econômica com liberalismo, e viveu seus últimos anos sob o acordo do padrão ouro entre 1896-1914 com o domínio inglês. A estabilidade monetária do período permitiu uma onda de globalização comercial e financeira, a qual viu seus alicerces estremecidos pelo acirramento da competição econômica entre as nações menos favorecidas. EUA, o Império Austro-Húngaro, América Latina, Itália, Portugal e Espanha todos abandonaram em momentos distintos o padrão ouro, de forma a poder aplicar uma política cambial independente e de acordo com seus interesses. O Estado, ao fim do século pacífico, volta-se a proteger interesses locais pela lógica mercantilista-industrial.

A forma e movimento da sociedade moderna remontam a dois acontecimentos históricos de quatrocentos anos atrás, aproximadamente. Os dois maiores acontecimentos que dão forma e movimento à sociedade moderna não foram acontecimentos precisamente datados, como uma guerra, um experimento científico ou uma mudança política. Os dois maiores acontecimentos, desde a fase de germinação de idéias embrionárias até seu pleno desabrochar, estão diluídos ao longo do século XVII num caso, e ao longo do século XVIII no outro.

O primeiro acontecimento é o surgimento do Estado Moderno, cuja transformação maior foi a de descentralizar o poder político, retirando-o das mãos de um Rei ou Déspota, para entregá-lo a uma assembléia de homens escolhida de forma mais (Rousseau) ou menos (Hobbes) democrática. O longo período de quase trezentos anos de cultivo da idéia de Estado Moderno começou no século XV com Jean Bodan (1530-1596) e culminou nos filósofos contratualistas do século XVI e XVII (Hobbes, Locke e Rousseau), os quais conceberam a forma do Estado tal como o vemos e vivemos no ocidente até o século XXI.

O segundo acontecimento foi a divisão social do trabalho de que fala Adam Smith (1776) a qual transformou o modo como o homem organiza a vida particular, familiar e o trabalho. As consequências da emergência de um modo de produção capitalista no plano do poder econômico são as mesmas observadas no plano do poder político. O poder foi descentralizado. No plano econômico para o mercado, e no plano político para a assembléia e o parlamento. Em ambos os casos a dinâmica e movimento gravitacional em torno de um equilíbrio se dá por pressão de vetores de forças e interesses diferentes que ao se confrontarem realizam trocas de calor estabilizam a

temperatura em torno de um valor negociado. No negócio econômico os preços e as quantidades se ajustam pelo mecanismo de mercado, sem a necessidade de regulação por alguma instância fora do próprio mercado. No campo político, as opiniões e representações flutuam por força da persuasão e se manifestam na alternância de grupos representativos ou de partidos políticos, que Max Weber chamou de "relações associativas baseadas em recrutamento livre" (1956 [1999, p. 188]). No plano econômico os agentes econômicos produzem, vendem e compram o que querem. No plano político, os cidadãos são livres para escolher e criar suas formas de associação e representação, dando ao Estado a forma material de seus interesses.

Há uma semelhança lógica na forma como a economia capitalista regula a ordem econômica e como a política regula a ordem civil. Em ambos os casos, o capitalismo e o contratualismo político pressupõem distribuições simétricas de poder entre os agentes econômicos e os atores políticos. A forma de legitimação das ações econômicas e políticas, pelo menos no mundo ocidental de tradição anlo-saxã e greco-romana, é a democracia associada ao conceito de propriedade privada ilimitada e a noção de direito à vida e legítima defesa, trazida do direito natural.

As relações entre o Estado, na sua forma moderna de poder representativo mais ou menos democrático, e o capitalismo são simbióticas. Nascidas com mais ou menos um século de defasagem, quando estas duas transformações econômicas e políticas sincronizaram-se no tempo, a partir do século XVIII, o desenvolvimento material da humanidade se desprende. Desacorrentado (Landes 2005), Prometeu liberou a força criativa impulsionando o desenvolvimento e o crescimento econômico. Veremos adiante que esta simetria de poder econômico e político presente no berço do Estado Moderno e do Capitalismo se manifesta no discurso, mas não necessariamente na prática.

No plano da teoria econômica a idéia de simetria, pelo menos na época do berço, fazia sentido. Hoje interpretamos a metáfora do leiloeiro Walrasiano como uma abstração alucinógena. Mas na época fazia sentido. No berço, a produção e o comércio eram predominantemente locais. Até 1814 a maior velocidade com que o homem de negócios podia transportar suas mercadorias era o cavalo. Foi então que George Stephenson (1781-1848) apresentou a locomotiva como uma alternativa de transporte. Foi preciso mais trinta anos para que as redes ferroviárias integrassem as principais praças de negócios. O grande impulso da acumulação capitalista ocorreu depois de 1850, quando as redes de transportes de alta velocidade estavam disponíveis, com custos $4/5$ a $2/3$ menores e capacidade de transporte 20 vezes maior (Stamp, 1979; Bairoch, 1989). O mundo descrito pelos economistas clássicos e marginalistas da primeira geração (Walras, 1965, 1983; Jevons, 1871; Menger, 1871) era um mundo de negócios locais, embora a revolução das ferrovias e o transporte estivessem em pleno curso histórico. Neste mundo a metáfora do leiloeiro fazia muito mais sentido do que num mundo globalizado com um regime monetário internacional confuso e

comércio entre nações, pois todos se conheciam e tanto a produção quanto o consumo se realizavam por meio de informações localmente geradas.

Esta realidade influenciou as concepções políticas dos economistas, fazendo com que o papel do Estado na economia fosse reduzido às garantias gerais, civis, tais como segurança, justiça e bens públicos (Smith, p. 171). A noção liberal sobre a eficiência econômica dos mercados e a democracia com Estado Mínimo era mais justificável no berço do Capitalismo do que na segunda fase do capitalismo mercantil com expansão do comércio regional e mundial. As transformações posteriores do capitalismo que levaram à concentração de poder econômico e político entre grupos de homens, entre nações e entre organizações fizeram com que o papel econômico e político do Estado fossem alterados. O Estado atingiu sua forma capitalista mais desenvolvida durante o breve período de 1945-1980, na forma de Estado de Bem-Estar, o qual entrou em crise após os anos 1980 dando início à contra-revolução neo-liberal que vigorou, por um período igualmente breve até 2007.

3. ALTERNÂNCIAS HISTÓRICAS NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E CAPITALISMO

As relações entre Estado, na concepção moderna, e Economia ao longo dos últimos trezentos anos, desde o mercantilismo até a globalização e crise na primeira década do século XXI, é uma relação fluida. O Estado é um corpo flexível, um organismo adaptável que tem acompanhado e se ajustado, em termos pragmáticos e doutrinários, à lógica econômica de cada período do desenvolvimento capitalista. Sugerimos a seguir uma sequência lógica ou doutrinária e temporal para uma breve história do Estado Moderno e a Economia:

Tabela 1 – Alternâncias Históricas nas Relações entre Estado e Economia

Período	Doutrina Econômica-Política	Característica
1600-1750	Mercantilismo e imperialismo político	<ul style="list-style-type: none"> Estado absolutista Imperialismo comercial
1750-1815	Do Mercantilismo para Estado Liberal	<ul style="list-style-type: none"> O berço Avanço da divisão do trabalho
1814-1910	Estado Liberal com Estado-Nação Paz dos Cem Anos	<ul style="list-style-type: none"> Imperialismo econômico (saindo do berço) Expansão do comércio internacional Protecionismo externo com liberalismo interno A criação do mundo euro-americano industrializado
1945-1980	Estado do Bem-Estar com Estado-Nação	<ul style="list-style-type: none"> Ordem Mundial de Bretton Woods Protecionismo externo com intervencionismo interno O Estado como extensão do capital O suprimento de bem estar social no primeiro mundo Luta do segundo mundo para alcançar o primeiro
1980-2008	Neo-Liberalismo Econômico Global	<ul style="list-style-type: none"> Desconstrução do Estado de Bem Estar O berço revisitado Estado Mínimo com orçamento máximo
2009-...	Estado Regulador	<ul style="list-style-type: none"> Retorno ao mercado regulado O Estado como última instância.

Fonte: Elaboração própria.

Nos primeiros anos da era moderna, ao tempo do berço, aproximadamente 1750, enquanto o liberalismo e a razão individual predominaram na esfera econômica, o Estado e a forma de democracia representativa predominaram na esfera política. Duas libertações ocorrem. Primeiro, com mais ou menos um século e meio de antecedência, houve a libertação política, pela adesão voluntária ao contrato social. A partir do século XVIII e com mais força ao longo do século XIX o homem "libertou-se" da natureza. Dominou a força mecânica e a energia, desvencilhando-se do trabalho muscular e liberando sua força criativa para níveis inéditos na história das civilizações. Se no berço, a atividade econômica era ainda local e desconcentrada, nos momentos posteriores as relações econômicas foram tomando formas cada vez mais oligopolistas e monopolistas e seu raio de abrangência ultrapassando fronteiras regionais e nacionais.

Do fim do século XIX e ao longo do século XX o capitalismo atingiu um estágio de maturidade (Mandel, 1982; Steindl, 1983), produziu abundância e criou uma sociedade afluenta (Galbraith, 1958, 1967). Ao mesmo tempo produziu uma grande assimetria e concentração de riqueza. Os novos estágios do desenvolvimento capitalista após 1850 exigiram novos papéis para o Estado. Embora o conceito de Estado Moderno tenha mudado muito pouco, preservando até hoje os fundamentos da ação política representativa dos filósofos políticos clássicos (Hobbes, Lock e Rousseau), a forma material de governo e aparelho precisou adaptar-se à própria expansão capitalista. Uma das grandes transformações foi a transformação da idéia geral de Estado, numa forma específica de Estado-Nação com projetos de imperialismo de econômico. O Estado-Nação funde num corpo só, população, território e capital e a função do Estado é ampliada para além das garantias civis fundamentais. O Estado deve agir em nome dos interesses nacionalistas e do capital, e quando há conflito entre eles, tem prevalecido o interesse do capital.

4. O ESTADO COMO UM INSTRUMENTO DO CAPITAL E O GRANDE PACTO DO BEM ESTAR

A influência das razões econômicas sobre a razão política é explorada em vários autores, cujo resumo extrapola os objetivos deste artigo. Mas gostaríamos de chamar a atenção de duas linhas de investigação distintas sobre as relações entre Estado e Economia. A arqueologia indutiva de Foucault e a abordagem marxista.

A primeira delas é fornecida pelas notas das aulas anuais dadas por Michel Foucault (2008) no College de France durante os meses de janeiro a abril de 1979. Estas notas se transformaram em um livro intitulado *Nascimento da Biopolítica*. Aplicando métodos de arqueologia e pensamento indutivo Foucault conclui, pela observação dos fragmentos e componentes da realidade, ao invés dos seus elementos universais e apriorísticos, que o século XVIII foi palco de emergência de uma grande transformação no pensamento econômico e político em direção ao que chamou de "autolimitação de uma razão governamental". E o "instrumento intelectual, o tipo de cálculo a forma de racionalidade que permite que a razão governamental se autolimite não é o direito, (...) o

que vai ser, a partir do meado do século XVIII (sic) é a economia política" (Foucault, 2008, p.18). Isto é, o campo de definição da razão política, na conformação do Estado é a razão econômica. Podemos encontrar idéias semelhantes em Max Weber, mas destacando que o último teve o cuidado de separar a ordem jurídica da doutrina pura da sociologia do direito. "Quando, apesar disso, a ordem econômica e a ordem jurídica estão numa relação bastante íntima, é porque essa última é entendida não em seu sentido jurídico, mas no sociológico: como vigência *empírica*." (Weber 2004, vol 1, p. 209-210). Mas é esta vigência empírica que interessa à Foucault. De fato, as relações entre Estado e Economia, a partir do século XVIII são dadas pela economia política.

Esta visão empírica, factual, também está presente na segunda abordagem. A literatura marxista sobre o Estado é bastante ampla e controversa. O maior ponto de disputa não está associado ao entendimento da natureza do Estado, mas às transformações que este Estado deveria sofrer no decorrer de uma revolução. Esta falta de consenso se explica pelo fato de Marx não ter escrito uma obra sobre o Estado, tal como constava de seu plano de pesquisa original, deixando brechas para diversos entendimentos. Apesar disso, Marx deixa claro em várias obras seu entendimento acerca da natureza do Estado e da relação simbiótica que este estabelece com o capital. Por muito tempo difundiu-se a idéia equivocada de que para o marxismo o Estado seria o órgão de conciliação das classes. Veremos pelas citações a seguir que a relação causal é exatamente contrária.

A análise de trechos das obras de Marx, Engels e Lenin parecem suficientes para revelar a natureza do Estado de acordo com a teoria marxista e, logo, qual o papel deste mesmo Estado nas situações de crise da economia capitalista. O primeiro trecho, retirado da *Ideologia Alemã*, e o segundo, retirado de *Estado e Revolução*, definem o Estado como mero instrumento da classe dominante:

Uma vez que o Estado é a forma, no interior da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem prevalecer seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, resulta que todas as instituições comuns são intermediadas pelo Estado, adquirindo uma forma política. Daí decorre a ilusão de que a lei se basearia na vontade e, com efeito, na vontade livre, destacada de sua base real. De modo semelhante, reduz-se, então, novamente o Direito à lei. (Marx e Engels, 2002, p.62)

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. (Lênin, 1918, s/p.)

Essas passagens esclarecem que ao mesmo tempo em que o Estado condensa toda a sociedade civil de uma época, ele não representa os interesses comuns desta sociedade, mas sim os interesses da classe dominante, logo, os interesses do capital. E, neste sentido, ele não é órgão conciliador dos interesses das diferentes classes, mas ele existe justamente pelo fato de que estas classes que compõe a sociedade possuem interesses divergentes e irreconciliáveis, decorrentes das

relações sociais estabelecidas. Tendo as diferentes classes interesses irreconciliáveis faz-se necessário utilizar-se da superestrutura jurídica e repressiva para fazer valer a vontade da classe dominante.

E isso não seria verdade apenas para o capitalismo, mas para todas as formas de organização social fundamentadas na existência de classes que a humanidade já teve conhecimento:

O Estado foi o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese em uma corporação visível. Porém, foi-o tão somente na medida em que foi o Estado daquela classe que representou a sociedade inteira, no seu tempo: na Antigüidade, o Estado dos cidadãos escravistas, na Idade Média, o Estado da nobreza feudal, em nosso tempo, o Estado da burguesia. Na medida em que, por fim, transformar-se, de fato, em representante de toda a sociedade, tornar-se-á, por si mesmo, desnecessário. (Engels, 1877, s/p.)

Se o Estado é sempre o representante da classe dominante em qualquer época histórica, então, qual o papel do Estado na economia? O Estado deve ser um ente interventor ou apenas regulamentador? Em que grau ele deve intervir e/ou regulamentar? As repostas para estas perguntas dependem da fase do ciclo econômico que a sociedade está vivendo.

Em períodos de prosperidade, em que a lucratividade do capital está a todo vapor, o Estado se recolhe e sua tarefa reduz-se a garantir, por meio do direito e da lei, que esta lucratividade não encontre entraves para se expandir. A lei nunca pode constituir barreira para a expansão do capital, mas se isso ocorrer o Estado estará pronto para reinterpretar e transformar aspectos legais que possam barrar a lucratividade. Esta situação foi característica da atual crise que teve, em certa medida, sua origem na reinterpretação da lei Glass-Steagall, de 1933, que culminou com todo o processo de alavancagem financeira via securitização.

Em períodos de crise o papel do Estado se transforma. Aquele Estado recolhido e com tarefas reduzidas à mera regulamentação ressurge como parceiro inseparável do capital. O Estado agora tem a missão importante de salvar a sociedade, o que na verdade não passa de uma salvação exclusiva do capital. Tendo em vista tudo o que discutimos até agora, não nos deve surpreender o fato de que enquanto grande parte da sociedade (os trabalhadores) assume o ônus do ajuste, via perda de suas casas, emprego e poder de compra, o grande capital recebe ajudas milionárias sob a alegação de que se assim não fosse os efeitos da crise seriam piores. A verdade é que estas ajudas existem porque o Estado é mero instrumento do capital e não por outro motivo. Além disto, a forma de distribuição das ações de políticas econômicas está condicionada pela forma como a riqueza se acumulou no último ciclo, o que explica a ênfase no socorro do sistema financeiro antes de ampliar os esquemas de ajuda a toda a sociedade e pessoas afetadas. O que se pretende salvar, de imediato, não são as vítimas da acumulação irresponsável de capital, mas o próprio capital. Se não for possível salvá-lo no todo, como é evidente, pelo menos que se preserve sua capacidade de regeneração.

A partir deste ponto de ressurgência do Estado, duas questões se definem. A capacidade financeira do Estado em recuperar a economia e a nova ordem econômico-política que deverá ser construída. É possível ir além do capitalismo sem limites?

5. MACROECONOMIA DA CRISE NEO-LIBERAL E OS LIMITES DA ÚLTIMA INSTÂNCIA

Nesta seção tratamos da primeira questão acima. Na próxima trataremos da segunda. Uma das questões importantes sobre a crise financeira atual é a situação macroeconômica em que se encontram as economias desenvolvidas para combatê-la.

Nesta seção procuramos traçar alguns paralelos entre a crise atual iniciada em agosto de 2007, a crise de 1929 nos EUA e a crise que se abateu sobre a economia japonesa nos anos 1990. Estes dois marcos são importantes porque cada um a seu modo tem semelhanças macroeconômicas com o que está acontecendo atualmente. A crise atual contém elementos e poderá apresentar trajetórias dinâmicas comum às duas crises de modo que a comparação entre elas poderá ajudar a entender melhor os desdobramentos da crise em curso. No entanto as semelhanças são insuficientes para dar conta da dimensão da atual crise e de suas conseqüências. Existem elementos específicos na crise atual que se diferenciam e se somam às características comuns das duas crises (1929 e 1990). Estes elementos podem tornar a atual crise efetivamente na pior crise da economia capitalista, pior mesmo que a crise de 1929. Diferentemente do que ocorreu em 1929 e em 1990 no Japão, hoje os governos estão reagindo com mais prontidão. A pronta reação, a coordenação internacional e o volume de recursos financeiros mobilizados até fevereiro de 2008 e no futuro poderão de fato mudar o curso dos acontecimentos e evitar o pior. No entanto as intervenções não têm evitado o colapso dos mercados financeiros e do lado real da economia.

Acreditamos que para apreender o curso dos acontecimentos recentes temos que olhar para três fatos estilizados da crise até o momento.

Em primeiro lugar, decorrido um ano e meio de perdas no mercado de capitais, estamos quase do mesmo ponto de destruição de riqueza observado na crise 1929 (queda de - 51,5%), com a diferença que atualmente os governos já gastaram muito dinheiro em esquemas de ajuda ao mercado financeiro enquanto que lá trás havia gasto nada. Uma diferença entre a situação atual e a passada reside neste ponto. Com todo o esquema de ajuda financeira atual o que conseguimos foi chegar no mesmo ponto alcançado pela queda histórica da bolsa de valores de 1929 após um ano e meio, sem qualquer ajuda. O quanto não teria caído sem a ajuda? Neste caso, não seria esta crise de proporções maiores do que tudo o que conhecemos na história?

Em segundo lugar o mercado financeiro mundial é muito mais complexo hoje do que no passado. Esta complexidade deve-se a interdependência das praças financeiras mundiais (globalização financeira associada a livre mobilidade de capitais), à diversidade de produtos ou veículos de valorização, com destaque para os mais exóticos papéis derivativos e processos de

securitização, e à hipertrofia dos mercados financeiros que simplesmente descolou-se, em termos de valores, da economia real. A crise de 1929 foi uma crise do mercado de capitais, a atual está disseminada em toda a rede da economia. Como um câncer que evolui de uma formação local e cai na corrente sanguínea.

Por fim, em terceiro lugar, a participação do Estado na economia na década de 1930 era muito pequena. O keynesianismo, o *New Deal* e o chamado *Welfare State* ainda não existiam. Isto implicava um espaço de avanço do setor público sobre a economia que hoje não temos mais. A chamada idade de ouro do sistema capitalista, ocorrida no pós guerra, foi uma era de estabilidade monetária decorrente dos acordos de Bretton Woods e de crescimento impulsionado pelo estado através de keynesianismo consubstanciado no *Welfare State*. Este regime de governança mundial e nacional culminou nas maiores taxas de crescimento da economia mundial nos últimos 200 anos. Hoje não dispomos mais deste espaço fiscal de avanço do Estado. Veremos mais adiante neste artigo que a relação dívida/PIB da maioria dos países da Europa, dos EUA e especialmente do Japão são muito altas, de forma que a intervenção forte do Estado para amenizar ou evitar esta crise, esbarrará em limitações fiscais. Mesmo que o Estado se endivide mais, isto não resolverá em definitivo o problema da economia, apenas adiará a crise mudando-a de dono. Um cenário possível e cada vez mais provável é de que a crise que agora é *do mercado*, se for de fato combatida pela ajuda governamental com políticas fiscais expansionistas, se tornará uma nova crise *do Estado* no futuro, com uma nova onda de moratórias e renegociações provocadas por dívidas públicas insustentáveis nos países desenvolvidos. O Estado que hoje está sendo chamado para salvar o capitalismo dos próprios capitalistas poderá se transformar novamente em réu acusado de abuso fiscal.

Nas sub-seções seguintes abordamos cada um destes tópicos. A subseção dois compara brevemente a destruição de riqueza entre a crise de 1929 e a atual. A subseção três trata da hipertrofia e exotismo dos mercados financeiros. A subseção quatro aborda a macroeconomia da crise, especialmente a ocorrência de uma "armadilha de liquidez" na economia americana e européia. Em ocorrendo a armadilha da liquidez restará aos governos lançar mão de políticas fiscais ativas para estimular suas economias. Mas há sérias limitações financeiras, mais que políticas e ideológicas, à ampliação do Estado na economia. Estas limitações serão objeto da subseção cinco.

5.1 Porque esta crise é igual e diferente das outras: comparações históricas

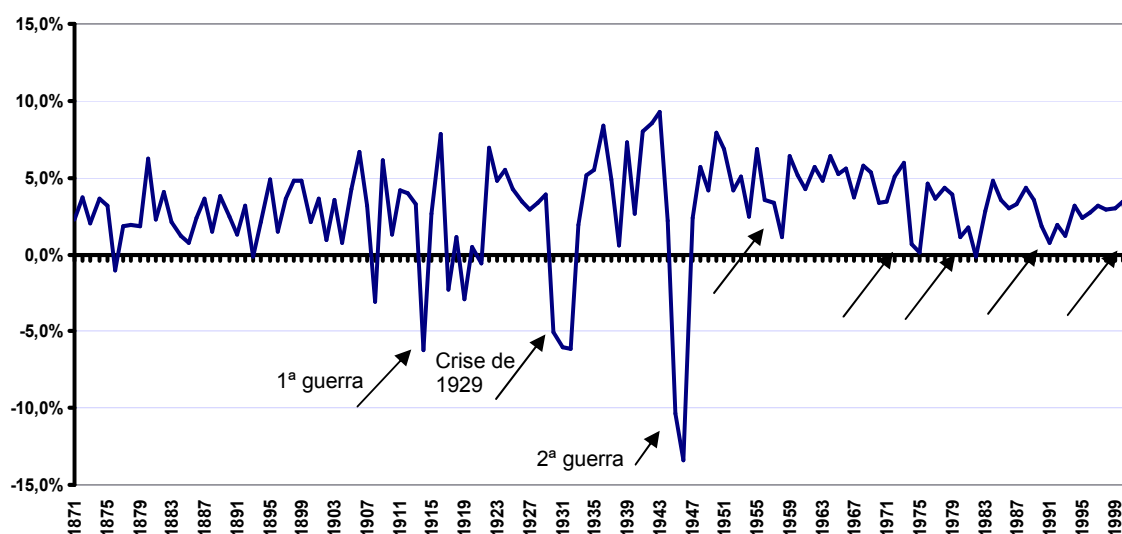
Tem se tornado comum comparar a crise financeira atual com outras grandes crises no sistema capitalista ocorridas no passado, especialmente a crise ocorrida em 1929 nos EUA. Argumentamos também que outra referência, menos citada, é a crise dos anos 1990 ocorrida no Japão. De fato, existem semelhanças entre estas crises e a crise de 2007-2008. A crise do Japão é particularmente interessante porque nos oferece uma medida dos efeitos do combate de uma grande

recessão com políticas fiscais que extrapolam a capacidade fiscal do estado. No entanto, comparações históricas são insuficientes para apreender a dimensão da crise atual. Há vários elementos na anatomia e na dinâmica da crise atual que a torna única. As semelhanças dizem respeito à especulação financeira que antecedeu cada crise e a trajetória macroeconômica seguida por cada país envolvido. As diferenças dizem respeito a: a.) hipertrofia dos mercados financeiros; b.) à escala global que a crise atingiu; c.) ao papel designado ao Estado; d.) às condições iniciais destes Estados hoje para enfrentar os desdobramentos da crise e por fim e.) à ordem econômica mundial sustentada por um modelo de crescimento sino-americano, isto é, com os EUA consumindo o excedente de produção dos países em desenvolvimento, especial os asiáticos (sino).

5.2 Ciclos, Crises e a Evolução Mercado de Capitais: comparações

A crise de 1929 pode ser considerada a primeira *grande* crise do sistema capitalista antecédida de um movimento especulativo, isto é, antecédida por movimentos de *mercado*. Estamos chamando de *grande* crise porque sua abrangência estendeu-se sobre as principais economias da época, afetando o crescimento econômico não apenas da economia americana, mas também dos principais países desenvolvidos da época. A crise de 1929 foi uma crise global e por isso diferente de outros inúmeros processos especulativos com impacto apenas local nas economias que as sofreram. Na história recente do capitalismo mundial, ao longo do século XX, a produção global somente sofreu reduções semelhante à 1929 na primeira e na segunda guerra mundial. Estes dois momentos de crise, no entanto, foram gerados por variáveis políticas e não por um movimento *de mercado*. Várias crises de mercado no sistema capitalista podem ser observadas, mas a de maior escala foi a de 1929, como é mostrado no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Taxas de Variação Anual do PIB – Principais Economias Mundiais



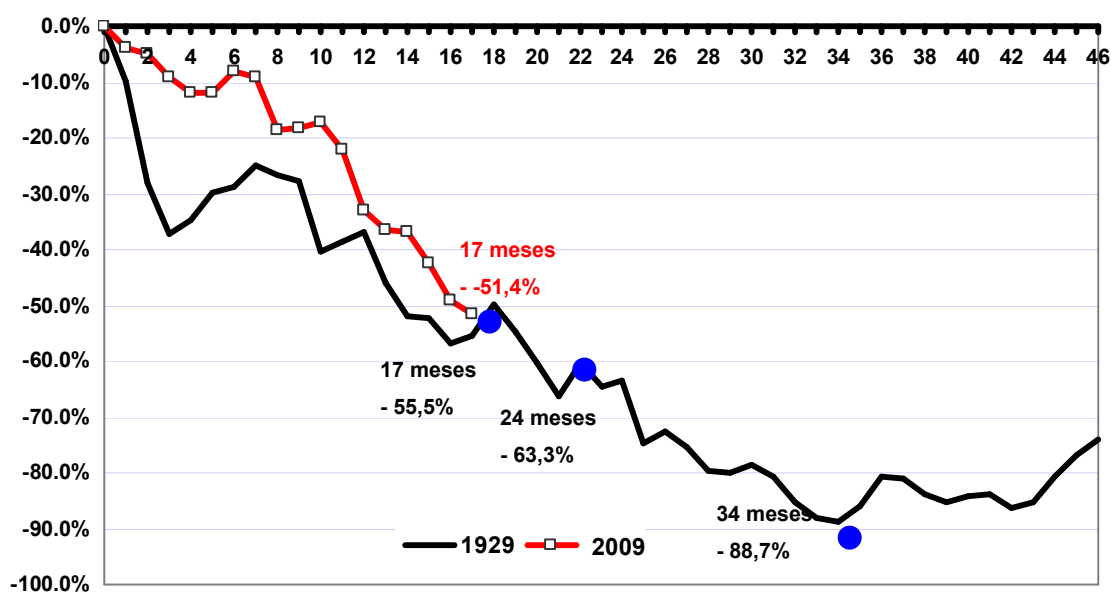
Fonte: OECD (2003). Elaborado pelos autores.

Este gráfico, que remonta à 1871, mostra a taxa de crescimento da economia mundial representada pelas 14 principais economias (EUA, 12 países da Europa e Japão). Como pode ser

visto, ocorreram várias outras crises de mercado após 1929. Em 1971-73 o acordo de Bretton Woods entrou em colapso e logo em seguida ocorreu o primeiro choque de petróleo. Em 1982-83 ocorreu o segundo choque de petróleo. No final dos anos 1990 ocorreu a especulação com as empresas de informática. Mas nenhuma destas crises teve a amplitude e o alcance que a crise de 1929.

Se tomarmos o preço de um ativo financeiro de mercado, como o índice médio industrial Dow Jones (DJIA), a queda do índice de preço até fevereiro de 2009, que serve como uma *proxy* para a destruição de riqueza dos agentes econômicos, só tem encontrado paralelo em 1929. Pelo menos é assim no seu estágio inicial, 17 meses após sua ignição. O gráfico 2 a seguir compara a evolução do DJIA assumindo como marco zero de cada crise o início da queda do índice.

Gráfico 2 - Evolução Mensal Comparativa do Índice Dow Jones (DJIA) nas duas crises



Fonte: Dow Jones & Company, www.dj.com, acesso em 02/03/2009. Gráfico elaborado pelos autores.

Na crise de 1929 o DJIA iniciou a queda em setembro de 1929 enquanto que na atual crise iniciou em outubro de 2007. Estas duas datas são o marco zero do gráfico. A queda do índice Dow Jones durante os primeiros 17 meses da crise, desde outubro de 2007, atingiu -51,4% e é ligeiramente inferior à queda acumulada de -55,5,1% observada em setembro de 1930. Na crise de 1929 a queda acumulada em 24 meses atingiu -63,3% em agosto 1931 e alcançou o fundo do poço em junho de 1932, 34 meses (quase três anos) depois, quando a deflação de ativos foi de -88,7%. Se considerarmos que na época boa parte do estoque de riqueza da economia estava em armazenado em ações, a destruição de riqueza ao longo de três anos foi gigantesca.

A semelhança entre as duas crises para por ai. Embora sejam muito parecidas em sua anatomia ladeira abaixo no primeiro ano, há diferenças enormes em sua dinâmica. Uma das diferenças é especialmente preocupante. As alternativas de portfólio para acumulação de riqueza financeira era muito menor na década de 1930. Não existiam os ativos derivativos e o montante de

títulos de renda fixa em circulação era reduzido, de forma que boa parte da riqueza financeira nos EUA estava concentrada no mercado de capitais, que foi exatamente onde ocorreu a bolha. Ao contrário do que ocorre hoje em que a riqueza é acumulada em diferentes formas: ações, títulos de renda fixa públicos e privados, moedas, contratos futuros de commodities, contratos derivativos, títulos securitizados, tornando o poder de alastramento da crise muito mais destrutivo.

5.3 Hipertrofia e Exotismo dos Mercados Financeiros

A comparação da crise atual com a de 1929 não pode ser efetuada somente em termos de mercado de capitais. A crise de 1929 foi um movimento especulativo criado no próprio mercado acionário, cujo combustível eram os próprios papéis emitidos por empresas, algumas das quais fictícias. O combustível e o veículo da crise atual não são somente ações. Trata-se de uma crise dupla, gerada primeiro por concessão irresponsável de crédito imobiliário, por uso alavancado de instrumentos derivativos e contratos de securitização lastreados várias vezes sobre um mesmo contrato original e segundo por aumento de operações nas bolsas de mercadorias e futuros.

Para efeitos de comparações históricas e análise das conseqüências, a dimensão da crise atual pode ser avaliada em termos de capacidade de destruição de riqueza. Em 1929 a maior parte da riqueza da economia capitalista americana (das pessoas e empresas) estava armazenada no mercado de ações. Como o gráfico 2 mostrou, no trigésimo quarto mês quando o fundo do poço foi alcançado, que a perda patrimonial na bolsa de New York chegou à 88,7%. Os efeitos multiplicadores da destruição de riqueza sobre a capacidade de consumo e investimento gerou a maior depressão já observada na economia capitalista.

Um traço distinto da economia capitalista atual é a hipertrofia dos mercados financeiros. A desregulação implementada ao longo da onda liberalizante desde os anos 1980 permitiu o crescimento da “indústria” financeira à uma velocidade muito maior que o crescimento real da economia. Assim como na dinâmica dos fluídos velocidades diferentes de escoamento de um mesmo líquido ao longo de um conduto provoca o fenômeno da turbulência, criando vórtices e redemoinhos, assim se comportou o sistema econômico ao longo dos últimos 30 anos. A turbulência iniciada em 2007 e intensificada em 2008 pode ser compreendida como um fenômeno gerado por diferenciais de velocidade de criação de riqueza. Como mostrado na tabela 1 a seguir, a relação Ativos Financeiros/PNB que era de 1:1 no início dos anos 80 aumentou para 3,9:1 em 2007.

Ativos financeiros e PNB são duas variáveis de natureza distinta, a primeira é uma medida de estoque e a segunda uma medida de fluxo. Quando o estoque de riqueza se acumula na esfera financeira, proporcionalmente à geração de fluxos de renda da economia real, os movimentos da riqueza financeira exercem um impacto maior na economia real. Este é um traço distinto da arquitetura do sistema financeiro mundial de hoje, comparado ao passado. O problema central da economia capitalista moderna é a contradição interna entre uma economia real que gera valor e cria

lucros a partir da produção de bens e serviços e do trabalho, e uma economia financeira que precisa remunerar um estoque desproporcional de ativos financeiros. Mas o dinheiro não gera valor por si mesmo e o crescimento da riqueza sofre o efeito do rendimento decrescente de escala. Não pode haver acumulação financeira ilimitada.

Tabela 2 - Ativos Financeiros Globais (US\$ trilhões)

	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Depósitos Bancários	45%	38%	28%	29%	31%	29%	28%	27%	27%	27%
Títulos Públicos	18%	18%	15%	15%	18%	17%	18%	17%	15%	14%
Títulos Privados	14%	21%	23%	25%	27%	26%	25%	25%	26%	26%
Ações	23%	23%	34%	31%	25%	28%	28%	31%	32%	33%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Depósitos Bancários	5	16	26	26	30	34	38	39	45	53
Títulos Públicos	2	8	14	14	17	20	24	24	26	28
Títulos Privados	2	9	22	23	26	30	34	36	43	51
Ações	3	10	32	28	24	32	38	44	54	66
Total (US\$ Trilhões)	12	43	94	91	97	116	134	143	168	199
PNB Nominal	10.1	21.5	31.7	31.6	32.8	36.9	41.6	44.8	48.3	50.7
Ativos Financeiros/PNB	1.2	2.0	3.0	2.9	3.0	3.1	3.2	3.2	3.5	3.9

Fonte: McKinsey Global Institute (2008).

Contabilmente os juros são uma transferência de lucros gerados no setor produtivo quando o dinheiro é usado como uma espécie de insumo (capital de giro ou *funding* para investimentos). Juros se constituem em remuneração pelos serviços e riscos da intermediação financeira. Grosso modo as empresas destinam uma parte dos seus lucros para remuneração do capital de terceiros. Como o estoque de riqueza financeira cresceu de forma desproporcional, a remuneração desta riqueza com taxas de retorno “razoáveis” só foi obtida graças a criação de novos instrumentos capazes de gerar rendimentos “fictícios”, que se valorizam sobre si mesmos, e não mais pelo empréstimo na forma de capital financeiro. Simplesmente não há lucros suficientes na economia real para ser acumulado em ativos financeiros, que justifique o crescimento da relação Ativos/PNB para quase 4:1. Boa parte deste crescimento foi criado pela remuneração que os próprios ativos financeiros criavam para si, configurando claramente um processo especulativo tipo Ponzi, ou um mecanismo de criação de riqueza na forma de *bootstraps* (Minsky, 1986). A criação de riqueza no ciclo de expansão após anos 1980 é um processo de acumulação de capital abstrato. Não foi a acumulação de valor gerado no processo de produção (mais valia), mas por inflação no preço dos ativos financeiros e *commodities* que dão sustentação à contratos futuros. No caso do mercado imobiliário americano a criação de riqueza ocorreu por um consenso especulativo de que uma mesma casa no valor de US\$ 200.000, estaria valendo US\$ 400.000 dois anos depois, sem qualquer investimento real que ampliasse ou modernizasse esta edificação. O mesmo processo ocorreu com vários outros veículos financeiros. O resultado foi um montante de riqueza cujo valor (preço) não encontra lastro nos ativos reais.

5.4 A Macroeconomia da Crise: Armadilha de liquidez

Do ponto de vista macroeconômico as semelhanças entre as crises de 1929 e 1990 e a crise de 2007-2008 ocorrem por conta da evolução das economias americana e japonesa após deflagrada a crise. Uma vez estourada a bolha a questão relevante, cuja resposta não está clara, é que trajetória seguirá a economia em 2009 e anos seguintes em relação a trajetória observada nestas outras duas experiências históricas. As principais economias desenvolvidas, epicentro da crise financeira, estão enfrentando o problema da “armadilha da liquidez” (Keynes, 1936). A armadilha é uma combinação de desemprego, recessão, deflação e juros baixos. Até os anos 1990 era uma curiosidade e uma possibilidade teórica da obra de Keynes, mas acabou se transformando numa realidade possível e provável em certas circunstâncias, como demonstrou a crise japonesa.

A armadilha é uma situação em que a política monetária é incapaz de combater o desemprego. Na armadilha as taxas básicas de juros nominais são tão baixas que é impossível baixá-la ainda mais. Por exemplo, uma taxa *nominal* de juros igual a 1% a.a. e uma deflação de 5% a.a, geram uma taxa *real* de juros (taxa nominal menos taxa de inflação) de 4% a.a. positiva. Por mais contraditório que isso possa parecer, com uma taxa *nominal* de juros de 1% a.a, uma taxa de inflação positiva e crescente é mais interessante para a economia norte-americana e para a Europa, do que a queda do nível de preços. Uma deflação resultaria num aumento da taxa *real* de juros, desestimulando ainda mais o consumo e o investimento. A deflação é a pior doença que pode atingir a economia neste momento. Além do efeito indireto da deflação sobre o nível de atividade via taxas de juros, a deflação posterga o consumo e inibe os investimentos. Os consumidores são incentivados a adiar o consumo de hoje para o futuro quando os preços estarão mais baratos. A economia simplesmente tende à parar, ou gira somente em torno do consumo essencial, que não pode ser adiado. Com preços em queda a compra de uma casa nova, por exemplo, vai esperar. A deflação já existe no preço dos ativos e com uma possibilidade não desprezível poderá chegar aos preços dos bens de consumo.

O fenômeno da armadilha da liquidez foi observado tanto na crise de 1929 quanto no Japão, conforme mostrado na tabela 2 e 3 a seguir. No caso americano (tabela 3), nos cinco primeiros anos houve um aumento dramático do desemprego que culminou em 24,9% em 1933. Ao mesmo tempo a deflação de -8,8% e -10,2% em 1931 e 1932 produziram uma taxa *real* de juros 10,9%aa e 13,1%aa. Na tabela 3 também mostramos a passividade das autoridades monetárias da época em não mudar a política monetária (oferta de base monetária). O estoque nominal de moeda praticamente se manteve constante até 1938, como mostra a coluna E.

Tabela 3 - Crise de 1929 no EUA - Variáveis Macroeconômicas

Ano	Taxa de Desemprego	Taxa de Cresc. Produto	Nível de Preços	Estoque Nominal Moeda (US\$ bi)	Taxa Nominal de Juros %aa ⁽¹⁾	Taxa de Inflação	Taxa Real de Juros
A	B	C	D	E	F	G	H
1929	3,2	-9,8	100,0	26,6	5,2		5,2
1930	8,7	-7,6	97,4	25,7	3,0	-2,6	5,6
1931	15,9	-14,7	88,8	24,1	2,1	-8,8	10,9
1932	23,6	-1,8	79,7	21,1	2,8	-10,2	13,1
1933	24,9	9,1	75,6	19,9	2,6	-5,1	7,7
1934	21,7	9,9	78,1	21,9	1,5	3,3	-1,8
1935	20,1	13,9	80,1	25,9	1,5	2,6	-1,1
1936	16,9	5,3	80,9	29,5	1,5	1,0	0,5
1937	14,3	-5,0	83,8	30,9	1,3	3,6	-2,3
1938	19,0	8,6	82,2	30,5	1,0	-1,9	2,9
1939	17,2	8,5	81,0	34,1	1,0	-1,5	2,5
1940	14,6	16,1	81,8	39,6	1,0	1,0	0,0
1941	9,9	12,9	85,9	46,5	1,0	5,0	-4,0
1942	4,7	13,2	95,1	55,3	1,0	10,7	-9,7

(1) - U.S. Discount Rates, Federal Reserve Bank of New York

Fonte: NBER (2009)

Estes dados revelam o entendimento da época sobre a economia. Keynes havia recém publicado o *Treatise on Money* (1930) e ainda não havia lançado a *Teoria Geral* (1936), de modo que as noções sobre dinâmica macroeconômica eram outras. Prevalecia o entendimento de que o mecanismo de mercado faria as correções automaticamente. Dado uma oferta *nominal* de moeda constante a queda dos preços significaria, ao fim, um aumento da oferta *real* de moeda, o que na prática quer dizer que teríamos uma política monetária *real* expansionista. Esta expansão real de moeda faria com que os preços voltassem a subir, recuperando a oferta de bens e serviços e consequentemente o nível de emprego. Este mecanismo automático não funcionou e a economia se viu presa num equilíbrio macroeconômico com desemprego e preços baixos, durante quase dez anos. Esta foi a armadilha de "liquidez" revelada por Keynes. Na armadilha a política monetária deixa de funcionar pois a injeção de liquidez na economia na forma de moeda será retida pelos agentes que preferem manter o dinheiro em caixa enquanto os preços estão caindo. O dinheiro não circula, dada a preferência pela liquidez. Para haver circulação a parte não consumida do dinheiro teria que ser aplicado no mercado financeiro. Os agentes não o fazem, pois com taxas reais de juros quase zero e até mesmo negativas, não vale a pena assumir risco pela compra ativos financeiros que não rendem nada. A intermediação financeira cessa, pois não há oferta de fundos ao mesmo tempo em que não há demanda. Do lado real da economia cessa o investimento e cai o consumo.

Este mecanismo revela a ineficácia da política monetária, ou do aumento de liquidez, em evitar a recessão ou depressão e fazer a economia voltar a crescer. Se analisarmos os dados da tabela 2 é isto o que observamos na coluna E. Esta política monetária expansionista, resultado do entendimento do ajuste automático do mercado via mecanismo de preços, não funcionou, resultando

numa crise que durou uma década inteira levando alguns economistas da época, ligados à escola de Cambridge (UK) e principalmente Keynes, a defender aumento da participação do governo do governo através do aumento dos gastos.

No caso japonês (tabela 4) temos uma sequência de eventos semelhantes, mas não exatamente igual, pelo fato de que o Japão não teve uma grande depressão.

Tabela 4 - Crise de 1990 no Japão - Variáveis Macroeconômicas

Ano	Taxa de Desemprego	Taxa de Cresc. do Produto	Nível de Preços	Taxa Nominal de Juros ⁽¹⁾	Taxa de Inflação	Taxa Real de Juros
A	B	C	D	E	F	G
1990	2,1	5,2	93,7	3,8	3,8	0,0
1991	2,1	3,4	96,2	7,2	2,6	4,5
1992	2,2	1,0	97,3	4,3	1,1	3,2
1993	2,5	0,2	98,3	3,0	1,1	1,8
1994	2,9	1,1	98,9	0,6	0,6	0,0
1995	3,2	2,0	98,5	-0,4	-0,4	0,0
1996	3,4	2,7	99,1	0,7	0,6	0,1
1997	3,4	1,6	101,0	0,7	1,9	-1,2
1998	4,1	-2,0	101,6	0,7	0,6	0,1
1999	4,7	-0,1	100,5	0,2	-1,1	1,3
2000	4,7	2,9	100,0	0,3	-0,5	0,8
2001	5,0	0,2	98,8	0,2	-1,2	1,3
2002	5,4	0,3	98,5	0,1	-0,3	0,4
2003	5,3	1,4	98,1	0,1	-0,4	0,5
2004	4,7	2,7	98,3	0,1	0,2	-0,1

(1) Six-month London interbank offered rate (LIBOR)

Fonte: IMF (2008)

Além disso, a crise americana de 1929 foi uma bolha especulativa no mercado acionário, enquanto a crise japonesa foi uma bolha no mercado imobiliário, que atingiu diretamente a sistema de poupança das famílias afetando significativa parte da população. Embora o desemprego e a inflação tenham sido menor no caso japonês, o desenvolvimento da crise foi muito parecido com a crise americana. Mesmo com taxas de juros negativas ou próximas de zero a economia japonesa estagnou ao longo de doze anos (1992-2004). Na verdade permaneceu estagnada até 2008. Além disso, o governo japonês adotou ao longo dos anos 1990 uma política fiscal expansionista, que a despeito de evitar uma depressão, não foi suficiente para fazer a economia japonesa voltar a crescer. O resultado foi que este esforço de combater a crise conduziu o Japão à maior dívida pública como proporção do PIB do mundo. No final de 2008 a relação dívida bruta/PNB do Japão foi de 197%.

Os dois casos brevemente ilustrados são duas referências importantes para avaliar todo o esquema de ajuda que Estado está acionando em 2008-2009. Estas duas experiências mostram que somente políticas monetárias não bastam. Desde agosto de 2007 quando se deflagrou a atual crise já se passaram, até fevereiro de 2009, dezenove meses. Ao longo deste período a ajuda financeira aos mercados financeiros não foi capaz de evitar o agravamento da crise. É claro que sem todo o esquema de ajuda as consequências já teriam sido muito piores, de modo que não poderíamos ser

levianos em afirmar que as intervenções feitas até fevereiro de 2009 são inócuas. Não são, pois evitaram, talvez, uma crise de proporções maiores do que temos observado até agora.

O ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é que a solução da crise não virá somente de reformas institucionais no sistema financeiro mundial e de políticas econômicas que recuperem a liquidez do mercado. Se de fato as economias americanas e européias evoluírem para uma situação de armadilha de liquidez prolongada, então será necessário outro conjunto de medidas econômicas, de cunho fiscalista. Os governos precisam criar programas de gastos e investimentos e alterar a política tributária. No entanto a capacidade que os governos hoje possuem para intervir na economia é limitada e o curso dos acontecimentos ao longo de 2010 a 2015 dependerá do fôlego fiscal das economias desenvolvidas.

Dada sua importância no desenrolar da crise abordaremos este aspecto mais detalhadamente.

A era de crescimento econômico acelerado dos anos 1950-1970 tem sido chamada de idade de ouro do capitalismo. Para alguns economistas, como Solow (1956), este crescimento pode ser explicado pelas altas taxas de aumento da produtividade dos fatores de produção, especialmente o capital e o trabalho. As teorias neoclássicas de crescimento destacaram inicialmente a contribuição do aumento da produtividade do capital e mais recentemente do capital humano, nas chamadas teorias do crescimento endógeno. No entanto o historiador e o pesquisador atento também observarão que no mesmo período duas outras variáveis estiveram presentes e foram determinantes para o crescimento econômico.

A primeira é o Acordo de Bretton Woods, cuja maior contribuição foi a de criar um sistema de cambio fixo no mercado mundial. O câmbio não teve à rigor um comportamento estritamente fixo, mas durante todo o período, até o ano de 1973, os países mantinham constante a paridade entre as moeda, desvalorizando as moedas em casos excepcionais de crises no balanço de pagamentos. Ao manter a paridade entre as moedas a economia operou sob reduzida volatilidade cambial, de modo que comércio internacional e os negócios puderam ser conduzidos em um ambiente de menor incerteza. As oportunidades especulativas por arbitragens de moeda eram muito poucas, favorecendo as decisões produtivas ao estabilizar o ambiente global dos negócios.

A segunda variável é o avanço do Estado sobre a economia. O estudo realizado por Enzo Tanzi (1998) no FMI (Fundo Monetário Internacional) mostrou que as principais economias gastavam o equivalente à 12,2% do PIB em 1913, 42,6% em 1980 e 46,2% em 1996. O avanço do Estado na economia é justificado não apenas pelo esforço de reconstrução da segunda guerra e à guerra fria, mas principalmente pela constituição dos *Welfare States*, cujos principais itens do orçamento incluíam: a.) mecanismos amortecedores de crises econômicas como os seguros desemprego; b.) programas de seguridade social e c.) ampliação da oferta de bens e serviços

públicos como saúde e educação; d.) investimentos em infra-estrutura e empreendimentos produtivos de grandes escala em setor críticos.

Assim o crescimento econômico da economia mundial desde o fim da segunda guerra mundial até o início dos anos 1980 é um mix de elevação da produtividade total dos fatores e da adoção de políticas fiscais públicas expansionistas. Em síntese um crescimento sustentado pela interação simbiótica entre o mercado e o Estado.

5.5 Um pouco mais de finanças públicas

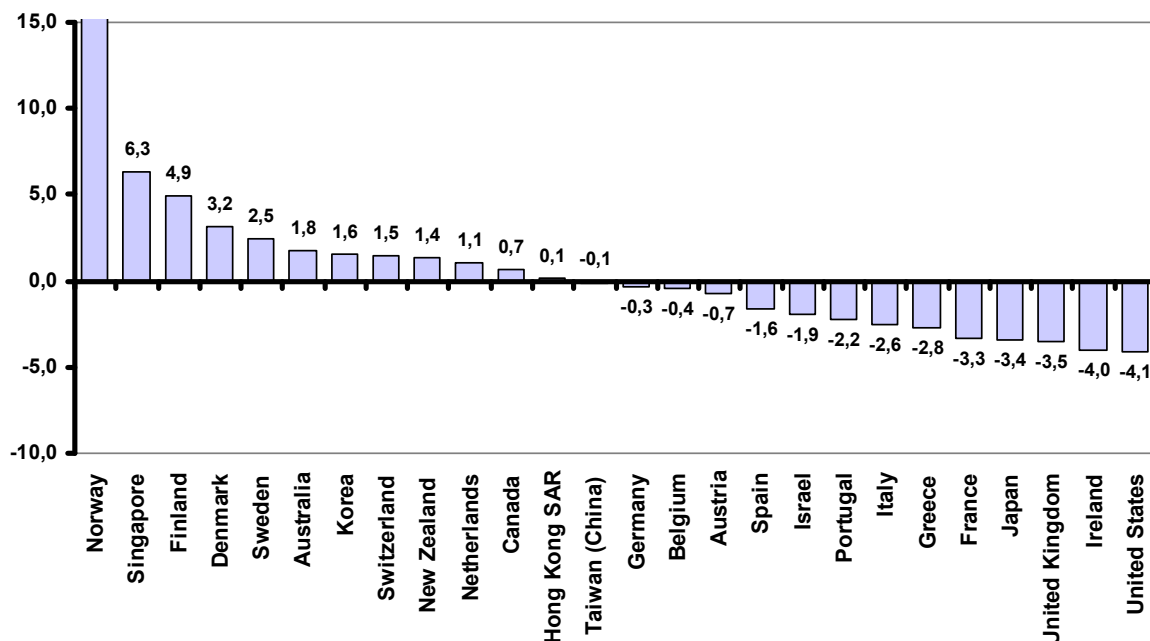
O Estado que está sendo chamado para acudir a economia a partir de 2008 é em muito diferente daquele Estado de 1929. A expansão das atividades públicas geridas pelo Estado durante o longo ciclo de crescimento 1945-1975 da economia já consumiu o espaço de intervenção. A atuação do Estado na economia, medida pela relação entre o tamanho do seu orçamento e o PIB da economia varia entre 40% a 50% nas principais economias. O Estado que está sendo chamado para salvar o capitalismo dos capitalistas já um Estado gigante, pelo menos em termos orçamentários.

Como pôde ser visto no gráfico 3, os principais atores da crise financeira são países que já possuem os maiores déficits fiscais. Entre os maiores destacam-se as três maiores economias capitalistas, EUA, Reino Unido e Japão. Além dos déficits, estes países também apresentam as maiores dívidas públicas em proporção ao PIB, como é mostrado adiante, no gráfico 4.

Os limites orçamentários são especialmente graves no Japão, Itália, Alemanha e EUA. O gráfico 4 a seguir mostra a relação entre dívida pública e PIB de sete países e a média para a área do Euro. O caso japonês e italiano são dramáticos. Os dados são estimativas para o fim do ano e não incluem na conta os custos já incorridos nos últimos meses de 2008 para evitar o agravamento da crise.

O caso da economia americana merece um comentário adicional. A economia americana vem apresentando déficits sistemáticos no orçamento primário de 0,9% do PIB em média nos últimos 30 anos. Neste período, somente durante três anos (1998 a 2000) no governo de Clinton o orçamento foi positivo. O crescimento econômico americano dos últimos anos foi obtido por uma combinação de política monetária e fiscal expansionista sem precedentes. O país chega nesta crise com seu orçamento público já totalmente comprometido. Se comparado com as demais economias industrializadas os EUA possuem em 2008 o maior déficit fiscal, de -4,1% do PIB. Atualmente a relação dívida bruta/PIB americana é de 63,2%, deverá chegar próximo à 67,0% no fim de 2009 e se incluídos os custos de combate à crise poderá ultrapassar com facilidade os 70%.

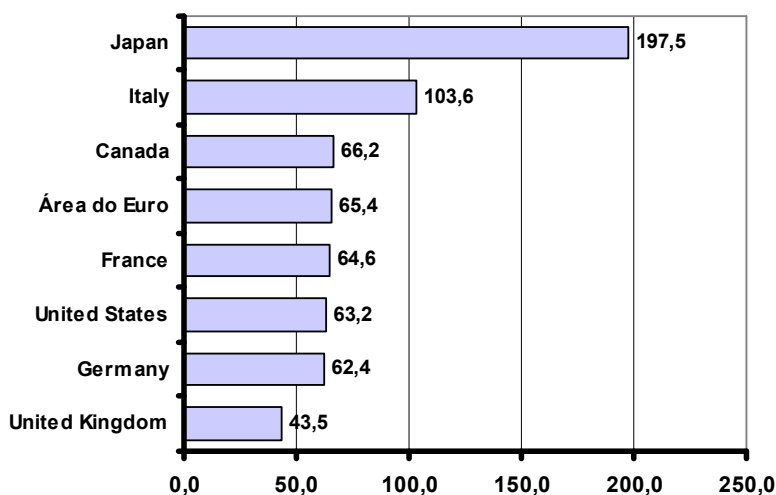
Gráfico 3 – Resultado Primário do Governo/PIB (%) em 2008 – Principais países industrializados



Fonte: IMF (2008)

Neste sentido a crise atual poderá ter conseqüências piores que a crise de 1929. O caso da crise do Japão nos anos 1990 serve como uma importante referência sobre o aspecto dos efeitos da política fiscal de combate à recessão. Há uma semelhança fiscal muito grande entre a crise do Japão e a crise atual. O que aconteceu com o Japão ao longo de quinze anos pode servir muito bem como uma referência ao que acontecerá com a economia mundial, ou pelo menos com os principais países desenvolvidos envolvidos na crise. Por coincidência, o estopim da crise japonesa foi uma bolha no mercado imobiliário.

Gráfico 4 – Dívida Bruta/PIB (%) em 2008 – Principais países industrializados



Fonte: IMF (2008)

O Japão caiu, como mostramos na tabela 4, numa armadilha de liquidez, com deflação juros quase zero e estagnação. Não houve uma grande depressão, mas o desemprego duplicou e permaneceu alto, para os padrões japoneses, até 2003. Mesmo praticando uma política monetária

expansionista o país não conseguiu sair da crise, sendo obrigado a recorrer à política fiscal expansionista aumentando gastos e diminuindo impostos. O resultado final foi que a economia japonesa até hoje não se recuperou totalmente, não conseguindo crescer a taxa anual maior que 2,5%aa. Desde que entrou na crise imobiliária a economia japonesa acumulou uma dívida pública gigantesca que hoje a impede de crescer e mantém o desemprego em torno de 4,5%, quando ele já esteve em 2,0%.

Os países industrializados precursores da crise estão numa situação semelhante ao Japão, e até mesmo pior, pois serão obrigados a intervir na economia para recuperar o dinamismo do mercado, exatamente quando suas finanças públicas estão esgarçadas por conta do último ciclo de expansão. Portanto as futuras intervenções terão um custo fiscal muito grande, cuja dimensão ainda é difícil de avaliar. Mas se tomarmos o Japão como referência, basta aumentar a escala dos números e teremos uma noção do que poderá ocorrer.

5.6 Os Novos *New-Deal* Americano, Europeu e Chinês

Esta crise foi gerada no mercado privado, por indolência, desgastado pelo esforço realizado nos anos de *Welfare State* até o final dos anos 1970. A próxima crise, se houver, será gerada pelo setor público, que acumulará dívidas impagáveis para salvar o capitalismo desta atual crise. As políticas fiscais necessárias para combater a depressão terão que mobilizar recursos financeiros gigantescos, somente possíveis mediante elevação das dívidas públicas, mais especificamente elevação da relação dívida/PIB.

Se o século XX iniciou com *Welfare-State* e terminou em "*mercadismo*", o século XXI percorrerá o caminho inverso, terminando com Estados excessivamente endividados, por ter que fazer pelo capitalismo, o que o mercado não fez na primeira década do século. O esvaziamento da bolha financeira se transformará em enchimento de uma bolha de dívidas públicas.

6. UM NOVO REGULACIONISMO SOCIAL - O ESTADO COMO ÚLTIMA INSTÂNCIA

O período do *Welfare State* e o regime de Bretton Woods, apesar de entrarem em crise nos anos 1970 foram um importante experimento social no que se refere a tecnologia social, se pudermos falar nestes termos. Do ponto de vista macroeconômico foi um rico período de aprendizado sobre formas eficazes de intervenção e regulação, como por exemplo, a idéia de salário-desemprego, que atua como uma grande força estabilizadora que evita o colapso repentino de uma crise de demanda efetiva. Outros mecanismos macroeconômicos em benefício do bem estar do trabalhador foram desenvolvidos nesta época como os sistemas previdenciários e de oferta de bens e serviços públicos e semi-públicos. Por mais que se acuse de este tipo de regulação sirva aos interesses do próprio capital, é inegável que a teoria econômica evoluiu no que se refere à técnicas de regulação. Como em qualquer outro ramo, a tecnologia é neutra. Ela se torna um benefício ou uma ameaça dependendo do uso que dela se faça.

O avanço do Estado sofreu um violento ataque de uma nova onda liberal. Com a crise do neo-liberalismo e a grande desilusão da fé cega nos mercados eficientes na primeira década do século XXI, a agenda do capitalismo deverá mudar. Seguindo o percurso das relações flexíveis entre o Estado Moderno e a economia capitalista o que se observará, como parece ser o consenso, é que o Estado se revestirá de uma importância inédita, incorporando muito das experiências do período do Welfare-State, mas com inovações sociais e jurídicas novas. Permanece uma questão completamente em aberto se as reformulações e a nova economia política irão produzir uma nova forma de gestão da riqueza e do seu processo de criação, ou irão se restringir apenas a salvação do capitalismo dos próprios capitalistas, na forma de uma estatização de instituições e bancos e posterior devolução à esfera privada seguida de um pouco mais de regulação, apenas o necessário para manter o atual critério de controle da riqueza mundial, por intermédio das organizações e por meio de poucos administradores.

Cremos ser necessário percorrer, de imediato e rapidamente, o caminho da economia política, mais do que o do cientificismo social e econômico, como forma de buscar uma nova ordem econômica e política. A razão é que os termos gerais da mudança necessários para construir uma economia global estável e justa do ponto de vista distributivo, será dado por uma nova articulação entre o Estado Moderno e a economia, onde o Estado se torne uma *instituição de última instância* do cidadão e não um última instância do capital. Isto significa, em outras palavras, maior poder de regulação e limitação da liberdade de acumulação de capital. Assim como atualmente o Estado garante o valor extrínseco e social da moeda, usando o poder dos Bancos Centrais como emprestadores de última instância e mobilizando vasto aparato institucional correlato, de modo semelhante o Estado Moderno do século XXI deveria se transformar numa instituição de última instância, com o objetivo de garantir o valor social da produção material e da vida econômica. Para isso deverá obter poderes inéditos que lhe permitam por limites à acumulação de capital sob a ótica individualista. Semente deste objetivo já existe na Constituição Brasileira, que estabelece que "a propriedade atenderá sua função social" no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos. Originada da noção alemã de Estado de Direito (Robert von Mohl, 1835), este conceito, se aperfeiçoado, poderá restabelecer o equilíbrio entre o interesse privado e o público destruído pela última onda neo-liberal.

A filosofia política que desenhou o Estado Moderno no século XVII antecedeu e teve que esperar quase um século até que as forças produtivas liberadas pela primeira revolução industrial descentralizassem o poder econômico delegando-o aos agentes produtivos, consumidores e trabalhadores. A história tortuosa de alternância entre estatismo e mercado terminou numa crise financeira e real de proporções inéditas. Os termos de uma nova economia política para reorganizar o mundo pós-crise já existem a quase um século. Como antes, a filosofia do direito teve que esperar

as condições materiais para a criação de uma nova ordem social, mais que uma ordem econômica. Se observarmos a doutrina do direito poderemos constatar que as sementes para uma nova biopolítica, para usar o neologismo de Foucault (2008), já existem. A noção de Estado de Direito, apareceu pela primeira vez em *Die deutsche Polizeiwissenschaft nach den Grundsätzen des Rechtsstaates* (A Ciência Policial Alemã de acordo com os princípios do Estado de Direito), obra do jurista alemão Robert von Mohl publicada em 1835.

O ponto essencial do Estado de Direito reside na reorganização do pacto ou do contrato social. Até o momento o contrato contém cláusulas assimétricas, com plenos poderes de acumulação de capital e tamanho da propriedade privada nas mãos de pouquíssimos indivíduos, embora permita o acesso de todos. Outra assimetria introduzida pela economia política do século XX foram os direitos quase ilimitados garantidos em constituições e legislações menores para as pessoas jurídicas. A pessoa jurídica foi talvez a maior inovação tecnológica do século XIX e XX. Uma tecnologia jurídica fundamentada em teoria econômica na forma de eficiência, produtividade e escala que criou um ser social com mais poderes e direitos do que homem ao qual deveria servir. Muito, senão toda a assimetria de riqueza e poder econômico e político ao longo do século XX, flui por entre a estrutura das organizações e serve aos interesses organizacionais, ou do capital. A própria ciência se tornou um recurso de produção gerenciado pela grande indústria como forma de acumular riquezas e poder de mercado. A sociedade se tornou organizacional, mais que familiar e biológica (Etzioni, 1964) dedicando-se exclusivamente à acumulação de capital, à qualquer custo.

O pós-crise poderá se converter numa oportunidade de reforma ampla do sistema jurídico-econômico, em direção a uma concepção de Estado de Direito mais amplo que inclua de fato a justiça social como eixo e valor maior. Uma inversão de ordem é construir uma ordem social e não apenas uma ordem econômica estável. Para isso é preciso caminhar em direção à construção de uma Instituição de Última Instância (um novo Estado) que não haja apenas pela economia política, como foi ao longo dos últimos três séculos. É possível ir além, para fundar não uma sociedade organizacional voltada para as razões do capital, mas uma sociedade organizacional apoiada pelo capital voltada para as razões humanas. Para ir além de Foucault, a nova ordem precisa criar uma nova biopolítica combinada à uma nova bioeconomia. Uma economia política do homem, não do capital. Para tal, é preciso uma nova escala de valores e conceitos, que estão passando ao largo do debate sobre o mundo que queremos construir. Ainda estamos discutindo as razões do capital.

Referências

- Amitai, Etzioni; (1964). *Modern Organizations*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Bairoch, Paul; (1989). "European Trade Policy" in Peter Mathias and Sidney Pollard (orgs.), *The Cambridge Economic History of Europe*, Cambridge University, vol. 8.
- Dow Jones & Company, www.dj.com, acesso em 02/03/2009.

- Engels, F. (1877). *Anti-Dühring*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>> Acesso em: 15/09/2008.
- Frieden, Jeffry A.; (2006). *Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century*, New York, EUA: W. W. Norton & Company, Inc.
- Galbraith, John Kenneth (1958). *A sociedade afluyente*. São Paulo: Editora Pioneira, 1987.
- Galbraith, John Kenneth (1967). *The New Industrial State*. Boston: Houghton Mifflin.
- Hobbes, Thomas; (1651). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma Comunidade Eclesiástica e Civil*, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.
- IMF – International Monetary Fund. (2008). *World Economic Outlook* (WEO) Database, 2008.
- Jevons, Willian S.; (1871). *Teoria da Economia Política*, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Keynes, J. M. (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Nova Cultural: São Paulo.
- Landes, David S.; (2005). *Prometeu Desacorrentado*, São Paulo: Campus.
- Lênin, V. I. (1918). *Estado e Revolução*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>> Acesso em: 20/10/2008.
- Locke, John; (1690). *Dois Tratados sobre o Governo*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Mandel, Ernest; (1982). *O Capitalismo Tardio*, São Paulo: Abril Cultural
- Marx, K; Engels, F. (2002) *A ideologia alemã*. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes.
- McKinsey Global Institute. (2008). *Mapping Global Capital Markets*, Fourth Annual Report, 2008.
- Menger, Carl; (1871). *A Teoria e os Princípios da Economia Política*, São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.
- Minsky, H. P. (1986). *Stabilizing an Unstable Economy*. Yale University Press.
- NBER – National Bureau of Economic Research. (2009). *Historical Statistics of the United States*, U.S Department of Commerce, Macrohistory database. Disponível em: <<http://www.nber.org>> Acesso em 10/02/2009.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. (2003). *The World Economy: Historical Statistics*, OECD Development Centre, Paris, 2003.
- Robert von Mohl, (1835). *Die deutsche Polizeiwissenschaft nach den Grundsätzen des Rechtsstaates* (A Ciência Policial Alemã de acordo com os princípios do Estado de Direito), Elibron Classics Series, 2005)
- Rousseau, Jean-Jaques; (1757). *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*, São Paulo: Abril Cultural, 3ª ed., 1983.
- Stamp, A. H.; (1979). *A Social and Economic History of England from 1700 to 1970*, Londres: Reasearch Publishing Co.
- Steindl, Josef; (1983). *Maturidade e Estagnação do Capitalismo Americano*, São Paulo, Abril Cultural.
- Smith, Adam; (1776). *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- Solow, Robert; (1956). A Contribution to the theory of Economic Growth, *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 70, n.1, p. 65-94.
- Tanzi, V. (1998). The Demise of the Nation State, *International Monetary Fund Working Paper* nº 1998-120, Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp98120.pdf>> Acesso em: 07/01/2009.
- Walras, Leon; (1983) *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, São Paulo-SP: Editora Abril Cultural, 1983.
- Walras, Leon; (1965). *Elements of pure economics*. 2 ed. Great Britain, George Allen & Unwin.
- Weber, Max; (2004). *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 1 e 2, São Paulo: Editora UnB.